

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	25
Introito	
POR QUE UM CURSO DE SENTENÇA CÍVEL?	
<i>(Fabrício Castagna Lunardi)</i>	29
Capítulo I	
ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA	
<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	35
1. Regras constantes da resolução n. 75/09 Do conselho nacional de justiça	35
2. Orientações práticas de preparação – técnicas de redação da sentença cível	39
2.1 Início da preparação – aquisição da técnica de elaboração da sentença por meio de treinamentos com exercícios simulados	39
2.2 Treinamento – orientações práticas	40
2.2.1 A correta administração do tempo	41
2.2.2 Esquema prévio ou roteiro lógico da sentença antes de se iniciar a resposta	42
2.2.3 Material de apoio ao treinamento	44
2.2.4 Caligrafia – aperfeiçoamento e aspectos relativos ao uso da letra de forma	45
2.3 Aspectos essenciais da linguagem e fundamentação da sentença	46
2.3.1 Sentença completa e com linguagem clara, concisa, correta e organizada	46
2.3.2 Atenção especial às especificidades do problema (datas e pedido), bem como às questões cognoscíveis de ofício (CPC, art. 10)	49
2.3.3 Observância obrigatória da orientação dos Tribunais Superiores (jurisprudência e entendimentos sumulados) e referências legais	50
2.4 Prova de sentença determinada – adaptação do treinamento às características da prova – orientações específicas	52
2.4.1 Análise das provas anteriores – estilo, extensão do questionamento e limitação de linhas	52
2.4.2 Pesquisa do perfil dos examinadores – estilos de redação, estruturação de parágrafos e fundamentação por esses adotados	56

Capítulo II**ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SENTENÇA**

<i>(Fabrizio Castagna Lunardi)</i>	59
1. As decisões judiciais.....	59
2. A sentença e seus requisitos	63
3. Forma de exposição dos elementos da sentença	64
4. Preâmbulo	66
5. Ementa.....	67
6. Relatório da sentença cível.....	69
6.1 Funções do relatório.....	69
6.2 Questões redacionais	70
6.2.1 A expressão “Vistos etc.”.....	70
6.2.2 Aspectos linguísticos, ordenação e conteúdo do relatório	71
6.2.3 Tempo verbal e verbos comumente utilizados.....	72
6.3 Conteúdo, estruturação e modelos de relatório	73
6.4 Relatório no caso de dois ou mais processos sendo julgados simultaneamente	77
6.5 Frase de transição	77
6.6 Relatório dispensado – técnicas de leitura e anotação a partir do relatório proposto pela Banca Examinadora.....	78
7. Fundamentação.....	79
7.1 Definição, função, redação, estruturação e conteúdo da fundamentação .	79
7.2 Impactos do CPC/2015 em relação à fundamentação: artigos 489, § 1º, e 926 e 927 da Lei 13.105/2015	85
7.3 Aplicação das técnicas de confronto e superação de precedentes na sentença	88
7.3.1 Modelos.....	91
7.4 Aplicação do princípio ou critério da proporcionalidade (ponderação ou sopesamento).....	93
7.5 Ordem da fundamentação	95
8. Abordagem do julgamento simultâneo	96
9. Tratar da questão que já deveria ter sido decidida, mas não foi.....	97
10. Abordagem do julgamento antecipado do mérito	98
11. Preliminares ao mérito	100
11.1 Questões introdutórias.....	100
11.2 Forma de abordar as preliminares na sentença	102
11.3 Ordem de apreciação das preliminares (ao mérito).....	103
11.4 Análise das preliminares.....	105
11.4.1 Inexistência ou nulidade da citação (inc. I)	105
11.4.2 Incompetência absoluta e relativa (inc. II)	107
11.4.2.1 Aspectos gerais.....	107
11.4.2.2 Questões especiais e comuns em relação à preliminar de incompetência	108

11.4.3	Impugnação ao valor da causa (inc. III)	115
11.4.4	Inêpcia da petição inicial (inc. IV).....	115
11.4.5	Perempção, litispendência e coisa julgada (incs. V, VI e VII)...	116
11.4.6	Conexão (inc. VIII) e Continência	117
11.4.7	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização (inc. IX).....	120
11.4.8	Convenção de arbitragem (inc. X)	124
11.4.9	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (inc. XI) .	125
11.4.9.1	Legitimidade	126
11.4.9.2	Interesse em agir (ou interesse processual).....	130
11.4.10	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (inc. XII)	133
11.4.11	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça (inc. XIII)	133
11.4.12	Desistência e abandono do processo pelo autor.....	134
11.4.13	Nulidades.....	135
11.4.13.1	Convalidação do ato processual	137
11.4.13.2	As provas ilícitas, a teoria dos frutos da árvore en- venenada e a teoria da fonte autônoma de prova ..	138
11.4.13.3	Ausência de atuação do Ministério Público	140
11.4.13.4	Prova emprestada.....	141
11.5	Possibilidade de julgamento de mérito quando essa decisão for favorável à parte a quem aproveitaria o reconhecimento de vício processual.....	143
12.	Preliminares de mérito	144
12.1	Aspectos introdutórios.....	144
12.2	Prescrição e Decadência	145
12.2.1	Prazos prescricionais.....	147
12.2.1.1	Outros prazos prescricionais previstos em leis espe- ciais.....	149
12.2.2	Prazos decadenciais.....	151
12.2.3	Prazos prescricionais e decadenciais conforme súmulas, teses firmadas em recurso repetitivo e jurisprudência pacificada	152
12.2.4	Modelos.....	160
13.	Mérito propriamente dito.....	161
13.1	Aspectos introdutórios e estruturação	161
13.2	Forma de argumentação	162
13.2.1	Modelo	163
13.3	Declaração incidental de inconstitucionalidade/constitucionalidade	166
13.4	Questões prejudiciais.....	167
13.5	Análise dos fatos e das provas	168
13.5.1	Ônus da prova	169
13.5.2	A questão da inversão do ônus da prova na sentença	170
13.5.3	Alegação de falsidade documental	173
13.5.4	Fato superveniente.....	175

13.6	Cumulação de pedidos	175
13.7	Julgamento liminar de improcedência	177
13.8	Revelia – análise dos seus efeitos na fundamentação	179
13.9	Reconvenção	182
13.10	Pedido Contraposto	185
13.11	Abordagem da intervenção de terceiros e outros incidentes na sentença .	186
13.11.1	Assistência.....	187
13.11.2	Denúnciação da lide	188
13.11.2.1	Questões introdutórias	188
13.11.2.2	Forma de estruturação da sentença	190
13.11.2.3	Ônus sucumbenciais.....	191
13.11.2.4	Questões peculiares e polêmicas na denúnciação da lide.....	192
13.11.3	Chamamento ao processo	196
13.11.4	Desconsideração da personalidade jurídica	197
13.11.5	Amicus curiae.....	200
13.11.6	Intervenção especial do ente federal ou do ente federado.....	201
13.11.7	Oposição (processo incidente).....	202
13.12	Correção monetária e juros moratórios.....	205
13.13	Questões prejudiciais decididas na fundamentação e coisa julgada.....	205
14.	Tutelas provisórias (de urgência ou da evidência) na sentença.....	207
15.	Imposição de sanções processuais na sentença: ato atentatório à dignidade da justiça e litigância de má-fé	212
15.1	Ato atentatório à dignidade da justiça (<i>contempt of court</i>)	212
15.2	Litigância de má-fé	213
15.3	Considerações sobre a aplicação das sanções processuais e modelos – ato atentatório à dignidade da justiça e litigância de má-fé.....	215
16.	Ônus sucumbenciais: hipóteses de análise na fundamentação	217
17.	Dispositivo.....	219
17.1	Aspectos gerais	219
17.2	Princípio da congruência	220
17.3	Proibição de sentença incerta e a questão da sentença condicional.....	222
17.4	Dispositivos na sentença definitiva e na sentença terminativa	223
17.4.1	Na sentença terminativa.....	223
17.4.2	Na sentença definitiva	224
17.5	Decisão dos pedidos imediatos e mediatos	225
17.5.1	Pedidos imediatos	225
17.5.2	Decisão sobre pedidos mediatos	227
17.6	Julgamento dos pedidos na cumulação própria e na cumulação imprópria	228
17.6.1	Dispositivo na cumulação própria	228
17.6.2	Dispositivo na cumulação imprópria	229
17.7	Dispositivos das sentenças homologatórias	230

17.8	Análise do pedido implícito	231
17.9	Litisconsórcio.....	233
17.10	Indeferimento da petição inicial e julgamento liminar de improcedência.	233
17.11	Correção monetária e juros	235
17.11.1	Termo inicial da correção monetária e dos juros moratórios.....	235
17.11.2	Índice de correção monetária e taxa de juros moratórios	236
17.11.3	Juros e correção monetária nas condenações impostas à Fazenda Pública de natureza não tributária	238
17.11.4	Juros e correção monetária nas condenações impostas à Fazenda Pública de natureza tributária	243
17.11.5	Questões sedimentadas na jurisprudência.....	244
17.11.6	Quadro sinóptico.....	248
17.12	Cominação de multas e outras medidas coercitivas	248
17.13	Tutelas provisórias concedidas na sentença	250
17.14	Responsabilidade por custas, honorários advocatícios e periciais e demais despesas/verbas de sucumbência	251
17.14.1	Despesas processuais	253
17.14.2	Honorários advocatícios	253
17.14.3	Honorários periciais (se houver perícia)	260
17.14.4	Ônus sucumbenciais no caso de concessão do benefício da gratuidade judiciária	262
17.14.5	Ônus sucumbenciais nos casos de desistência, renúncia, reconhecimento do pedido e transação.....	264
17.14.6	Casos de isenção do pagamento das custas judiciais	264
17.15	Reexame necessário.....	265
17.15.1	Reexame necessário no mandado de segurança.....	267
17.15.2	Reexame necessário em ação civil pública e em ação popular ..	268
17.15.3	Dica para o concurso	268
17.15.4	Modelos.....	268
17.16	Determinações finais	269
18.	Epílogo.....	270
19.	Fecho ou parte autenticativa	272

Capítulo III

ASPECTOS EM DESTAQUE DOS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	275
1. Ação monitória	276
2. Embargos de terceiro	287
3. Ações locatícias – despejo	300
4. Ação de improbidade administrativa.....	307
5. Ações possessórias	314
6. Mandado de segurança	325
7. Embargos à execução	335

8. Ação civil pública.....	339
9. Tabela com as ações e assuntos cobrados nos últimos certames da magistratura estadual e federal.....	348

Capítulo IV

SÚMULAS E PRECEDENTES DO STF E STJ – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	361
1. Entendimentos sumulados do tribunais superiores	362
1.1 Superior Tribunal de Justiça.....	362
1.1.1 Direito Civil.....	362
1.1.2 Direito Processual Civil.....	373
1.2 Supremo Tribunal Federal	384
1.2.1 Direito Civil.....	384
1.2.2 Direito Processual Civil.....	388
2. Teses fixadas sob a sistemática da repercussão geral (STF)	391
2.1 Direito Civil/Constitucional.....	391
2.2 Direito Processual Civil	417
3. Teses fixadas sob a sistemática de recurso repetitivo (STJ)	421
3.1 Direito Civil	422
3.2 Direito Processual Civil	444

Capítulo V

PROVAS SIMULADAS

<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	465
1. Enunciados.....	466
1.1 Exercício 1 – Ação de despejo cumulada com cobrança.....	466
1.2 Exercício 2 – Embargos à execução.....	468
1.3 Exercício 3 – Ação declaratória de reconhecimento e dissolução de união estável, cumulada com pedido de partilha e fixação de alimentos	470
1.4 Exercício 4 – Ação Ordinária (nulidade de fiança)	475
1.5 Exercício 5 – Ação de busca e apreensão de veículo.....	476
1.6 Exercício 6 – Ação de reparação de danos morais cumulada com pedido de pensionamento	478
1.7 Exercício 7 – Embargos de Terceiro.....	479
1.8 Exercício 8 – Ação de reparação de danos	481
1.9 Exercício 9 – Ação de Reintegração de Posse	483
1.10 Exercício 10 – Ação de Reparação de Danos Morais, Materiais, Estéticos e Lucros Cessantes	485
1.11 Exercício 11 – Ação ordinária com pedido de demolição	488
1.12 Exercício 12 – Ação ordinária	491
1.13 Exercício 13 – Ação de cobrança envolvendo contrato de seguro.....	493
1.14 Exercício 14 – Ação reivindicatória	497
1.15 Exercício 15 – Ação de reparação de danos.....	500

1.16	Exercício 16 – Embargos de Terceiro	502
1.17	Exercício 17 – Ação de reparação de danos.....	503
2.	Espelhos padrão.....	505
2.1	Exercício 1	505
2.2	Exercício 2	507
2.3	Exercício 3	509
2.4	Exercício 4	510
2.5	Exercício 5	512
2.6	Exercício 6	516
2.7	Exercício 7	518
2.8	Exercício 8.....	520
2.9	Exercício 9	521
2.10	Exercício 10	523
2.11	Exercício 11	526
2.12	Exercício 12	528
2.13	Exercício 13	529
2.14	Exercício 14	531
2.15	Exercício 15	533
2.16	Exercício 16	534
2.17	Exercício 17	536

Capítulo VI

SENTENÇAS DE CASOS CONCRETOS

<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	539
1. Ação civil pública – intervenção no domínio econômico – rede de postos de combustíveis.....	540
2. Ação civil pública – improbidade administrativa.....	553
3. Ação civil pública – ilegalidade de greve.....	562
4. Direito civil (família) – ação de alimentos.....	574
5. Direito civil (família) – divórcio litigioso com partilha de bens.....	576
6. Direito civil (família) – ação de guarda, regulamentação de visitas e alimentos...	581
7. Direito civil (família) – reconhecimento e dissolução de união estável.....	592
8. Direito civil – direito autoral (reconhecimento de prescrição).....	598
9. Direito civil – responsabilidade civil (uso indevido de imagem/retirada de notícias veiculadas na internet)	601
10. Direito civil (extinção de condomínio).....	609
11. Direito civil – ação de adjudicação compulsória	613
12. Direito empresarial (averbação de alteração em contrato social)	619
13. Direito empresarial – cheques (ação monitória)	622
14. Direito civil (oposição e ação principal).....	626
15. Locações – ação renovatória	634
16. Direito do consumidor – reparação de danos	637
17. Direito administrativo – mandado de segurança	640

18. Responsabilidade civil do estado – reparação de danos.....	645
19. Responsabilidade civil do estado – reparação de danos.....	653
20. Direito previdenciário – ação de conversão de aposentadoria	658
21. Embargos de terceiro	664
22. Ação de rescisão de contrato de compra e venda	667
POSFÁCIO.....	675
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	677